



Aplicação da Lei 10.639/03: Potencializando Ideias

Antonia Lannuzza Gomes Loureiro¹; Cícera Nunes²

Resumo: O Artigo apresenta um Relato de Experiência, realizada na Escola Estadual de Educação Profissional Monsenhor Odorico de Andrade, localizada no Município de Tauá, no estado do Ceará. Trata-se de uma formação que teve como público alvo os professores de Ciências Humanas e Gestores da referida Unidade Educacional, com o objetivo de potencializar as ações já realizadas na escola, com o intuito de aplicar a Lei 10.639/03. Relataremos as ações, metodologias e recursos propostos nos 4 momentos de formação, cujos temas trabalhados foram: Combate aos silenciamentos sobre práticas racistas; Representatividade e Identidade como algo em permanente construção; Fomento e Posturas Antirracistas, Movimento Negro e suas conquistas – Currículo escolar para a Diversidade.

Palavras-chave: Ensino de História. História da África. Lei 10.639/03.

Law Enforcement 10.639 / 03: Empowering Ideas

Abstract: The article presents an Experience Report, held at the Monsenhor Odorico de Andrade State School of Vocational Education, located in the municipality of Tauá, state of Ceará. This is a training that had as target audience the Human Sciences teachers and managers of the referred Educational Unit, with the objective of enhancing the actions already carried out in the school, in order to apply Law 10.639 / 03. We will report the actions, methodologies and resources proposed in the 4 training moments, whose themes were: Fighting the silences about racist practices; Representativity and Identity as something under permanent construction; Promotion and Anti-Racist Stances, Black Movement and its achievements - School Curriculum for Diversity.

Keywords: History Teaching. African history. Law 10,639 / 03.

Introdução

O presente artigo relata uma experiência de Formação para Professores (as), fruto de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História da

¹ Professora de História efetiva da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, Especialista em Metodologia do Ensino de História (UECE), Mestranda do PROFHISTÓRIA (URCA), Bolsista da CAPES. E-mail: lannuzzag@hotmail.com. Tauá – CE – Brasil.

² Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade Regional do Cariri (URCA), Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: cicera.urca@gmail.com. Crato – CE – Brasil.

Universidade Regional do Cariri – URCA, com o objetivo investigar o Ensino de História e o processo de Implementação da Lei 10.639/03 na Escola Estadual de Educação Profissional Monsenhor Odorico de Andrade, situada no Município de Tauá - Ceará.

Como produto desse estudo, decidimos sugerir ações, que pudessem potencializar as atividades já desenvolvidas pela escola sobre a temática étnico-racial. Aplicamos um questionário escrito aos professores sobre o tema e após fazermos reflexões sobre os mesmos, concluímos que trabalharíamos metodologicamente com a Pesquisa-Ação. David Tripp (2005) defende que “se encare a pesquisa-ação como uma das muitas diferentes formas de investigação-ação, a qual é por ele sucintamente definida como toda tentativa continuada e sistematicamente fundamentada de aprimorar a prática.” (p.443).

A Pesquisa-ação é uma estratégia que pode colaborar com os (as) professores (as) para o aprimoramento da prática de ensino na medida em que abre possibilidades para proposições que ressignifiquem a prática docente. TRIPP (2005) nos alerta: “De uma perspectiva puramente prática, a pesquisa-ação funciona melhor com a cooperação e colaboração porque os efeitos da prática de um indivíduo isolado sobre uma organização jamais se limitam àquele indivíduo.” (p.453).

Selma Garrido Pimenta (2005), que se dedica à reflexão sobre a pesquisa-ação, ressalta que a mesma é uma forma de construir uma estratégia pedagógica, um espaço de conscientização, análise e crítica.

A EEEP Monsenhor Odorico de Andrade, assim como as demais escolas, é um espaço que representa diversas situações sociais. Nela estão inseridos indivíduos impactados pelas desigualdades e preconceitos, produzindo conflitos que são desafiadores para os (as) educadores (as). Cabe às secretarias de educação e os núcleos gestores das escolas, em parceria com aos (as) professores (as), a elaboração de estratégias concretas, na sala de aula, que colaborem com a superação do preconceito racial e proporcionem a convivência respeitosa com as diversidades dos grupos sociais existentes no meio escolar.

Nosso intuito foi sugerir aos professores da EEEP, que mobilizassem os saberes e os recursos de que dispõem, com o objetivo de elaborar experiências pedagógicas, que oportunizem aos (as) estudantes uma formação crítica sobre a realidade na qual estão inseridos (as). Cada indivíduo carrega valores, opiniões e preconceitos, que interferem no cotidiano escolar. Conflitos e embates fazem parte desse cotidiano e desafiam os (as) educadores (as) a elaborarem estratégias pedagógicas que enriqueçam o diálogo e fomentem o respeito entre os (as) estudantes.

Realizamos dez horas de Formação, que aconteceram em quatro encontros semanais, cada um com duração de duas horas e meia. Tais momentos foram realizados na própria Unidade Educacional. A seguir, conheceremos os temas trabalhados durante a formação e as ações sugeridas para potencializar as práticas de implementação da Lei 10.639/03, assim como os recursos que foram utilizados em tais práticas.

Potencializando Ideias

No primeiro dia da formação, agradecemos a oportunidade concedida pela escola, de desenvolvermos o trabalho que resultaria no produto da dissertação do curso de mestrado. Falamos sobre as razões que nos levaram à escolha do tema a ser estudado e descrevemos sucintamente a trajetória do trabalho. Descrevemos os objetivos da pesquisa e apresentamos os temas a serem abordados: Combate aos silenciamentos sobre práticas racistas; Representatividade e Identidade como algo em permanente construção; Fomento a Posturas Antirracistas e Movimentos Negros e suas conquistas – Currículo escolar para a diversidade. É importante informarmos que os temas propostos são passíveis de serem trabalhados nas três séries que compõem o Ensino Médio.

Os silenciamentos praticados pelas escolas não contribuem para a formação de uma consciência crítica nos alunos. Tais práticas perpetuam os estigmas, as atitudes racistas entre os colegas e até mesmo demonstrações de preconceito racial partindo de alguns professores, tal como destacado por Gomes (2012):

A discriminação racial se faz presente como fator de seletividade na instituição escolar e o silêncio é um dos rituais pedagógicos por meio do qual ela se expressa. Não se pode confundir esse silêncio com o desconhecimento sobre o assunto ou a sua invisibilidade. É preciso colocá-lo no contexto do racismo ambíguo brasileiro e do mito da democracia racial e sua expressão na realidade social e escolar. O silêncio diz de algo que se sabe, mas não se quer falar ou é impedido de falar. No que se refere à questão racial, há que se perguntar: por que não se fala? Em que paradigmas curriculares a escola brasileira se pauta a ponto de 'não poder falar' sobre a questão racial? E quando se fala? O que, como e quando se fala? O que se omite ao falar? (GOMES. 2012, p.105)

Como forma de introduzirmos o tema e incentivarmos os professores a expressarem seus entendimentos sobre tais silenciamentos, refletimos a partir da citação de Silvio Almeida (2018):

Entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas. Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de *intenção* para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias vazias ou o repúdio moral do racismo: depende antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas. (p. 40)

Após a fala de cada um dos participantes, o recurso sugerido foi a utilização de Charges do Cartunista Maurício Pestana, que devem despertar reflexões sobre comportamentos racistas, como forma de romper o silêncio e levar as pessoas a conversarem sobre o tema. Vale ressaltar que Pestana é jornalista, publicitário, escritor e militante negro. Em sua obra, busca a reflexão e consolidação dos direitos humanos. Os cursistas tiveram acesso a cópias de várias charges do artista e as consideraram adequadas para a ação proposta.

Quanto ao recurso utilizado, concordamos com Bittencourt (2015) quando diz que fazer as pessoas refletirem sobre as imagens que lhes são postas diante dos olhos é uma das tarefas da escola e que cabe ao professor criar as oportunidades. Acreditamos que as imagens são fontes importantes para o processo de ensino e aprendizagem, ampliam o olhar, desenvolvem a observação e a crítica. Guimarães (2013) explica:

As artes visuais expressam modos de pensar, visões de mundo, leituras e intenções variadas, experiências e sensibilidades de homens e mulheres que as produziram em determinadas circunstâncias. Logo, estimulam o nosso pensamento, nosso imaginário, nossas sensações. (GUIMARÃES. 2013,p.352)

No segundo dia de formação, como forma de apresentar o tema a ser trabalhado – Representatividade e Identidade - pedimos para que os participantes refletissem sobre duas citações de estudiosos da nossa temática, que falam da importância da Representatividade do povo negro nos mais diversos meios de comunicação e as lamentáveis consequências da ausência de tais representações. A exemplo do encontro anterior, utilizamos as reflexões de Almeida (2018):

O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Após anos vendo telenovelas brasileiras um indivíduo vai acabar se convencendo que mulheres negras têm uma vocação natural para o emprego doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, meticolosos e racionais em suas ações. E a escola reforça todas estas percepções ao apresentar um mundo em que negros e negras não tem muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e

afins, resumindo-se a comemorar a própria libertação graças À bondade de brancos conscientes. (ALMEIDA. 2018,p.51)

Com o objetivo de inspirar outros argumentos e ressaltarmos a importância da discussão sobre o tema, refletimos a partir do pensamento de Gomes (2003):

Nessa perspectiva, quando pensamos a escola como um espaço específico de formação, inserida num processo educativo bem mais amplo, encontramos mais do que currículos, disciplinas escolares, regimentos, normas, projetos, provas, testes e conteúdo. A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, na escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatiza-las, discriminá-las, segrega-las e até mesmo negá-las. (...) É importante lembrar que a identidade construída pelo negro se dá não só por oposição ao branco, mas, também, pela negociação, pelo conflito e pelo diálogo com este. As diferenças implicam processos de aproximação e distanciamento. Nesse jogo complexo, aprende-se, aos poucos, que as diferenças são imprescindíveis na construção da nossa identidade. (GOMES. 2003,p.172)

Como esperávamos, a reflexão sobre as citações apresentadas foi bastante participativa. Todos os cursistas usaram a palavra, relembrando situações acontecidas em sala de aula e relatando as dificuldades de alguns jovens em assumirem a sua identidade negra. Após a reflexão sobre o tema, realizamos a exibição de dois curtas-metragens: Cores e Botas (2010) e Pode me chamar de Nadi (2013). Sugerimos aos educadores que os exibissem em sala de aula, com o objetivo de despertarem a compreensão da importância da representatividade.

Os dois filmes são ideais para serem trabalhados em sala de aula por trazerem mensagens de combate ao preconceito e ao racismo presentes nas pequenas atitudes, hábitos e gestos do dia-a-dia. As obras agem como uma crítica à opressão e provocam uma reflexão sobre o padrão físico eurocêntrico que é imposto às crianças e jovens do nosso país, que tem como principal consequência a diminuição da sua autoestima. Ao final do segundo encontro, os participantes expressaram a importância do uso do recurso pedagógico sugerido, principalmente por estar acessível através das plataformas digitais.

No terceiro encontro, procuramos ajudar na construção de práticas e posturas antirracistas. Todas as disciplinas escolares, sobretudo as da área das Ciências Humanas, devem estar direcionadas para o esforço de uma educação em que as narrativas estejam voltadas para as relações entre o eu e o outro, no sentido da desconstrução de estereótipos de inferioridade.

Para trabalharmos essa questão com os professores da EEEP, optamos por mostrarmos várias peças publicitárias impressas em revistas de grande circulação no país e fizemos uma reflexão de como os afrodescendentes são representados na propaganda brasileira.

Sabe-se que 54% da população brasileira se declara preta ou parda, e que são responsáveis pela movimentação de mais de 800 bilhões de reais anualmente no Brasil, ou seja, tem um alto poder de consumo. No entanto, é um dos grupos menos representados na publicidade e na mídia nacional. Apesar do recente aumento da presença do negro na publicidade, não há avanço na representatividade positiva. Os estereótipos permanecem, com os homens negros sendo retratados como trabalhadores braçais ou atletas, e as mulheres como coadjuvantes ou, quando aparecem como protagonistas, estão sempre representando a si mesmas em peças publicitárias voltadas especificamente para a população negra, como por exemplo, propagandas de produtos para cabelos crespos ou ondulados e maquiagens para a pele negra. (INFANTE, 2019)

À medida que íamos mostrando as imagens aos participantes, os mesmos iam fazendo reflexões como: “Como um país de maioria negra tem a maioria de suas propagandas feitas por pessoas de pele clara?”, “É possível despertar a criticidade de nossos alunos através da análise de peças publicitárias?” e “A publicidade atua como retroalimentação do racismo!”.

É importante ressaltar que a inspiração para trabalharmos o tema do terceiro encontro, veio das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004), quando ressaltam:

A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para a consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários. (BRASIL, 2004,p.15)

O objetivo do último encontro foi colaborar com a construção de um currículo escolar que considere a diversidade dos sujeitos que integram a sala de aula e a sociedade como um todo. Sabemos da necessidade de romper com paradigmas de propostas curriculares que priorizam grupos hegemônicos, subjugando as diversas culturas igualmente integrantes da história brasileira. Portanto, o campo de trabalho nas escolas deve desafiar criticamente a construção de discursos arraigados e construídos por um poder hegemônico, concretizado pelas políticas curriculares.

Uma das determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), é a realização de estudos e divulgação da participação dos africanos e de seus descendentes na história do Brasil, na construção econômica, social e cultural da nação, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística e de luta social. (BRASIL. 2004, p.22)

Assim, sugerimos a realização de pesquisas e o estudo da biografia de personalidades negras, as quais intitulamos “Heroínas e Heróis Negros”. São eles: Tereza de Benguela, Zeferina, Luiza Mahin, Maria Filipa de Oliveira, Laudelina de Campos Mello, Maria Firmina dos Reis, Dandara, Carolina de Jesus, Aqualtune, Milton Santos, Machado de Assis, Lima Barreto, Abdias do Nascimento, Teodoro Sampaio, Sueli Carneiro e André Rebouças.

O critério de escolha das personalidades foi a atuação delas nas mais diversas áreas, principalmente aquelas que foram citadas na canção *História para Ninar Gente Grande*, Samba Enredo de 2019 da Escola de Samba Mangueira, que ouvimos no início do último encontro da formação. A música foi composta por Danilo Firmino, Deivid Domênico, Mamá, Márcio Bola, Ronie Oliveira e Tomaz Miranda. Escolhemos esse recurso pedagógico, como forma de introduzir a temática.

Bittencourt (2004) ressalta que “o uso da música é importante por situar os jovens diante de um meio de comunicação próximo de sua vivência. (...) Ouvir música é um prazer, um momento de diversão, de lazer, o qual, ao entrar na sala de aula, se transforma em uma ação intelectual.” (p.380)

Ao final do encontro, pedimos que os participantes fizessem uma breve avaliação por escrito, sobre os momentos de formação. Quanto aos pontos positivos, eles ressaltaram a vivência de novas experiências, a promoção de proximidade entre os docentes da mesma área, as sugestões de ações práticas, as dicas para melhor abordagem da temática étnico-racial, dinamicidade e objetividade na condução das atividades propostas.

Com relação à aplicabilidade das ações propostas, eles ressaltaram o fácil acesso aos recursos sugeridos e o estímulo aos debates e às discursões sobre a questão afrodescendente. Em seguida, pedimos sugestões para aprimorar a formação e os participantes sugeriram uma maior carga-horária visando um maior aprofundamento das reflexões.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte – MG. Letramento, 2018.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. Coleção Docência em Formação. São Paulo: Cortez, 2004.

BITTENCOURT, Circe. (org.) O Saber Histórico na Sala de Aula. 12ª ed. São Paulo – Contexto, 2015.

BRASIL. Resolução N°1 de 17 de junho de 2004. Estabelece as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun.2003.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. Currículo sem Fronteiras. v.12, n.1, pp.98-109. Jan/Abr 2012.

GUIMARÃES, Selva. Didática e Prática de Ensino de História. 13ª Ed. ver. e ampl. – Campinas, SP: Papirus, 2012.

INFANTE, Larissa. Apesar da Evolução, publicidade ainda reforça estereótipos sobre a população negra, aponta estudo (2019). Disponível em: <https://epoca.globo.com/apesar-de-evolucao-publicidade-ainda-reforca-estereotipos-sobre-populacao-negra-aponta-estudo-23353739>.

PIMENTA, Selma Garrido. Pesquisa-ação crítico-colaborativa: Construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente. Educação e Pesquisa. São Paulo, V.31, n.3, p.521-539, set/dez.2005.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa. São Paulo, V.31, n.3, p.443-466, set/dez.2005.

Como citar este artigo (Formato ABNT):

LOUREIRO, Antonia Lannuzza Gomes; NUNES, Cícera. Aplicação da Lei 10.639/03: Potencializando Ideias. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, Outubro/2019, vol.13, n.47, p. 424-431. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 15/09/2019;

Aceito: 15/09/2019.